

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

MARÇO/2026

Aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – COMDEPA, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação de **CRISTINA MAZUHY ANTUNES XERXENESKY**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Ana Elvira Corrêa Dutra, **SMPG**;

Andresa Souza Quesada, **SMAS**;

Carolina Reis Quesada, **EPTC**;

Giselle Guimarães Hubbe, **SMIDH**;

Lizete Cristina Cenci, **SMEL**.

CONSELHEIROS DE ENTIDADES:

Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, **Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC**;

Elder Jacinto Fin, **Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida**;

Mônica Paula Thomé, **Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional e Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO 5)**.

Thúlio Jahnke, **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS**.

DEMAIS PRESENTES:

Nelson Kalil, **COEPEDEE**;

Lucas Nunes, **visitante**;

Priscila Pereira Maia, **Intérprete**

Robson F. Maia, **Intérprete**;

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia**.

ORDEM DO DIA:

1. Aprovação da Ata anterior;

2. Retorno do ofício do CONADE;

3. Retorno da reunião com a EPTC;

4. Formação das comissões;

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

5. Organização das plenárias 2026;

6. Assuntos Gerais.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC: Temos quórum. Bom, então, boa tarde a todas e todos. Bem-vindos, bem-vindas. Cristina Mazuhy, Presidenta do conselho, iniciando aqui as atividades com muita luta. Estou acompanhada da minha vice-Presidente aqui, a nossa gloriosa Giselle, que vocês já conhecem, e hoje está nos auxiliando aqui a Lizete Cenci, porque a Daniele, nossa secretária executiva, foi doar sangue e demorou. Vocês sabem como é isso, demora. Então, assim, nós temos uma pauta. Nós estamos também acompanhados aqui da taquigrafia e eu esqueci o nome do intérprete, o Robson, e a Priscila que está prestando a assessoria em Libras. Eu vou abrir aqui a convocação para a gente dar andamento nos assuntos.

1. APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR;

Primeiramente, todo mundo recebeu a ata com “500 páginas” da última reunião? Não, essa nem foi, porque a reunião não ocorreu. Não teve quórum suficiente. Então, a plenária de janeiro acabou não acontecendo, mas vocês receberam a ata, né? E, então, foi uma reunião, uma plenária que a Giselle estava em férias e eu estava em deslocamento do Paraná para cá, não ia conseguir chegar a tempo. A Daniele conduziu, mas ela não teve êxito porque não havia quórum válido, já tinha até lido o ofício. Então, a gente vai fazer isso hoje. Já nesse primeiro assunto aí, de recebimento da ata, para quem recebeu a ata, coloco em aprovação a ata. Todos concordam? Tá, eu quero fazer um esclarecimento sobre essa ata, para que conste aí na ata, com o perdão da redundância, que é uma ata válida, independente do número de páginas, é uma ata detalhada, porque é esta ata que o Ministério Público busca quando vem por algum motivo a procurar na secretaria. Certo, Giselle? **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Certo! **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Então, não tem essa de ata com tópicos, isso aí não existe, não vai rolar. Trago essa experiência lá do meu órgão anterior, que é o Tribunal de Justiça. Corregedoria de Justiça também, as atas são imensas. Se não tem tempo para ler, se organiza. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Eu tenho uma sugestão. Eu mesma posso fazer isso ou quem quiser fazer isso, a gente pode pegar a ata que foi elaborada pelo serviço de taquigrafia e colocar na

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

65 inteligência artificial, ChatGPT, Gemini, Meta, qualquer um desses sistemas de
66 inteligência artificial faz um resumo da ata. Então, quem quiser a ata resumida pode fazer
67 dessa maneira, mas eu posso fazer isso. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky,**
68 **Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Eu não vou fazer.
69 Pode fazer. Todo mundo concorda? Vocês concordam? Falem, porque eu não enxergo
70 quem está dizendo. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Facilita. Tudo bem. Aí faz a
71 leitura da ata resumida, só a aprovação tem que ser da ata oficial, integralmente. Se o
72 conselheiro vai aprovar sem ler, é um risco, entre aspas, que cada um assume. **Cristina**
73 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para**
74 **Cegos – FREC:** Exatamente. Concordo. Não lido bem com essas coisas, pode fazer tu.
75 Que conste em ata que a Giselle está se responsabilizando de fazer. **Giselle Guimarães**
76 **Hubbe, SMIDH:** Sugerindo um meio informal, né? Ah, quero passar o olho ali, mas a
77 gente precisa lembrar que é feita a aprovação da ata, então todo mundo vai aprovar, dizer:
78 aprovo; então tá, tu aprovou, você leu, o risco é tu que assume. **Mônica Paula Thomé,**
79 **Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região**
80 **(CREFITO5):** Eu poderia fazer uma colocação com relação à questão da ata? Que foi
81 questionado por uma conselheira na última plenária, enfim, não houve a plenária, né?
82 Enfim, eu, particularmente, também desconhecia esse modelo mais longo, né? Nos
83 lugares que eu trabalhei, em geral era aquele modelo enxuto, como ela mesma falou, que
84 não poderia ter linha, entre os espaços, enfim, uma série de questões. **Giselle Guimarães**
85 **Hubbe, SMIDH:** É que são as normas da ABNT, né? **Mônica Paula Thomé, Conselho**
86 **Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** Isso,
87 então, acho que até para esclarecer, se existe mais de um tipo de ata que é considerada
88 oficial, isso ser esclarecido para a colega que questionou a validade, a redação da ata, né?
89 Enfim, seria mais nesse sentido, se existe mais de um modelo de ata que é considerado,
90 enfim, de repente ela está acostumada no serviço dela de um outro jeito, mas aqui é dessa
91 forma, mas não é invalidada a ata. Só para esclarecer a colega que trouxe a demanda.
92 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e**
93 **para Cegos – FREC:** Claro, perfeito. Muito obrigada pela tua percepção, muito sensível.
94 E isso vai constar em ata e ela vai ter que ler a ata, mas essa sugestão da Giselle, ela é
95 muito boa para quem quer, mas a ata oficial, a ata com validade que eu fazia na
96 coordenadoria da violência doméstica, lá da Corregedoria de Justiça, era exatamente esta,

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

imensa, porque depois até um juiz podia questionar: “Ah, mas eu falei isso, não constou na ata”. E esta é a ata que é requerida pelo Ministério Público. Então, claro, a pessoa vai ler ali resumidamente, mas ela vai ter acesso à ata oficial, que será esta integral. Muito boa a sugestão aí da Giselle e obrigada pela tua consideração. E eu vou dizer para vocês, como eu não enxergo, eu boto um leitor ali para mim, fico fazendo outra coisa e ouvindo a ata. Recomendo para vocês o @voice, faz isso maravilhosamente bem, tu vai lavar a louça, vai fazer outra coisa e fica ouvindo a ata, a manhã inteira. Definido esse assunto da ata, mais algum esclarecimento? Aprovada a ata anterior, pessoal? Certo.

APROVADA A ATA.

2. RETORNO DO OFÍCIO DO CONADE;

Assunto 2. O retorno do ofício do CONADE. Eu vou esclarecendo para as gurias que voltaram das férias, do que se trata. Era um conflito de entendimentos que teve sobre o símbolo da acessibilidade, porque nós temos, realmente, uma demanda importante que é o atendimento prioritário das pessoas com deficiência nos postos de saúde, tá? E não andava isso nunca, porque não tinha as placas de identificação e estava num conflito, que até o Nelson, que está aqui, pode nos auxiliar nesse pensamento. Foi questionado, houve uma discussão na plenária entre os conselheiros, que uns entendiam que a gente deve unificar, Nelson, o movimento. E se entende por um símbolo, e uma conselheira, que hoje está hospitalizada, enfim, que não pôde vir, que é a Érika, tem um entendimento diferente. Então, foi proposto que fizéssemos uma consulta ao CONADE, que é o nosso órgão, o nosso conselho maior, acerca de qual seria esse símbolo, né, como que a gente poderia resolver esse conflito. Tu gostaria de fazer a leitura para nós? Não está abrindo para email ali. Bom, assim que a gente conseguir, a gente já abre isso para vocês verem ali que tem um retorno que até nos dá uma margem de tempo, mas vou esperar a Dani responder ou a gente tenta ali com o Braian procurar no e-mail. Então, vamos para o próximo assunto para otimizar, tá? E a gente volta no ofício do CONADE assim que possível.

3. RETORNO DA REUNIÃO COM A EPTC;

Nós temos aqui presente a Caroline, da EPTC. Então, o assunto 3 é o retorno da reunião com a EPTC, que foi também, para quem esteve presente, uma sugestão da Giselle que a gente fizesse uma reunião com o diretor da EPTC para tratar várias questões relacionadas à EPTC, de casos que chegam para nós no e-mail, chegam por telefone, enfim. Então, que bom, Caroline, mais uma vez, obrigada por ter vindo, porque depois das nossas tentativas,

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

129 sim, a EPTC não teve muita dificuldade da gente fazer essa reunião. Não foi o diretor
130 geral que nos atendeu, o presidente lá, mas foram três diretores, três coordenadores.
131 Então, a receptividade foi muito boa. Algumas respostas eu não gostei muito, mas vou
132 trazer, tá? Então, assim, eu vou ler para vocês aqui: “O Conselho Municipal dos Direitos
133 das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre, COMDEPA, no exercício de suas
134 atribuições legais de controle social, defesa dos direitos das pessoas com deficiência, vem,
135 por meio deste, relatar e solicitar providências quanto às situações abaixo descritas, ambas
136 envolvendo infrações de trânsito e violações do direito de acessibilidade no Município de
137 Porto Alegre. Primeiro, estacionamento irregular em vagas reservadas às pessoas com
138 deficiência em frente ao Foro Central”; que vocês todos acompanharam a situação, que
139 eu fui lá, dei entrevista para a RBS, tudo mais, sobre isso. Alguém não sabe desse assunto,
140 ou sabe? Enfim, “Este Conselho recebeu a denúncia acerca da recorrente ocupação
141 indevida das vagas reservadas às pessoas com deficiência sem a devida aplicação das
142 penalidades previstas na legislação vigente. Sobre o tema, a Presidente do Conselho
143 concedeu entrevista ao Grupo RBS, encaminhou ofício anterior à EPTC solicitando
144 esclarecimentos imediatos e suspensão do procedimento adotado. Em retorno apresentado
145 na plenária do COMDEPA, em 1º de dezembro, as justificativas apresentadas pela EPTC
146 foram consideradas insatisfatórias pelos conselheiros, motivo pelo qual se fez necessária
147 a retomada do debate em instâncias administrativas superiores”. Depois, a Caroline vai
148 ler para nós o retorno da reunião, mas eu tenho também o ofício que veio, só que eu não
149 consegui imprimir tudo. O segundo assunto era a infração de trânsito e obstrução de
150 acesso à calçada do Hospital Moinhos de Vento: “Este Conselho também recebeu a
151 denúncia referente à obstrução do acesso à calçada comprometendo a circulação segura
152 de pedestres, especialmente de pessoal com deficiência e mobilidade reduzida, no
153 recebimento da denúncia já foi formalmente acusado, restando pendente o
154 encaminhamento de providências por parte deste órgão executivo de trânsito”. O que
155 acontece aqui, pessoal? Foi um cadeirante que trabalha no Hospital Moinhos de Vento
156 que não conseguiu acessar no rebaixo ali da calçada onde tem a faixa de segurança.
157 Fotografou, essas fotos vieram para o e-mail do COMDEPA, depois passadas para a
158 EPTC. Era um carro de uma companhia de energia. Sem cabimento nenhum. “Diante do
159 exposto, o COMDEPA requer que: A, a EPTC informe as providências adotadas ou a
160 serem adotadas em relação às situações relatadas; B, que seja agendada a reunião com o

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

161 diretor a fim de tratar dos específicos destes casos e outros temas relacionados a respeito
162 das normas de acessibilidade e a correta fiscalização das infrações de trânsito que
163 incapacitam diretamente os direitos das pessoas com deficiência; C, transporte de pessoas
164 com deficiência visual e acesso com seu cão-guia no transporte, nesse caso, os táxis do
165 aplicativo. Trata-se de relatos recorrentes de que motoristas de táxi no município não
166 estão aceitando o transporte de pessoas com deficiência visual acompanhadas de seus
167 cães-guia, o que configura a violação do direito legalmente assegurado. Destaca-se que o
168 acesso de pessoa com deficiência acompanhada de cão-guia é garantido pela Lei Federal
169 11.126/2005, regulamentada pelo Decreto 5904/2006, que assegura o ingresso e
170 permanência do animal em todos os meios de transporte coletivo e individual de
171 passageiros, bem como estabelecimentos de uso coletivo público ou privado. Diante da
172 gravidade da situação e de seu impacto direto no direito de ir e vir das pessoas, solicitamos
173 que o tema seja tratado como pauta prioritária na reunião com a adoção de medidas de
174 orientação, fiscalização e garantia do cumprimento da legislação pelos permissionários
175 do serviço de táxi em Porto Alegre. Ressaltamos que tais demandas dizem respeito à
176 garantia de direitos fundamentais assegurados pela legislação brasileira, em especial a Lei
177 Brasileira de Inclusão, Lei da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015. Aguardamos o
178 retorno no menor prazo possível, sem mais”. Aí, fomos recebidos pela EPTC no dia 10
179 de fevereiro. É, porque a gente reagendou, né? Agendou. É, essa era a reunião. Aí eu
180 gostaria que tu passasse a memória. O ofício, eu acho que eu tenho aqui, mas pode, até
181 para economizar meus olhos, se tu quiser ler o ofício e a memória da reunião, te agradeço.

182 **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Eu estou sem o ofício aqui, Cristina. Eu estou só com o
183 e-mail que nós respondemos para vocês. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky,**
184 **Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** E tem uma memória
185 e esse ofício aí. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Esse ofício aqui foi colocado pela
186 coordenação, colocado pela gerência de educação: “Em resposta à demanda, informo que
187 coube à gerência de educação executar campanha educativa e de fiscalização nas vagas
188 especiais para pessoas idosas e pessoas com deficiência em estacionamentos privados,
189 abertos ao público, de 1º de novembro de 2025 até 31 de dezembro de 2025. Neste
190 período, visitamos alguns estabelecimentos e, nos que possuíam a sinalização das vagas
191 de acordo com a Resolução 01/2023 da EPTC, lavramos os devidos autos de infração.
192 Como exemplo, podemos citar: seis autuações no Bourbon Ipiranga por desrespeito à

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

193 vaga de pessoa idosa; um auto de infração no Bourbon Country por desrespeito à vaga de
194 pessoa idosa; seis autuações no Shopping Praia de Belas por desrespeito à vaga de pessoas
195 idosas; e quatro autuações no Shopping Pontal por desrespeito à vaga de pessoas idosas.
196 O estabelecimento que não possuía a sinalização adequada foram informados para
197 realizar os devidos ajustes, como, por exemplo: o Shopping Lindóia; Cesto Atacadista da
198 Protasio; Shopping Pontal; e Boulevard Laçador. Estamos à disposição para mais
199 esclarecimentos”. Tu queres que eu leia agora a resposta? **Cristina Mazuhy Antunes**
200 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** A
201 memória, isso. As respostas da EPTC, por favor. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tá. Só
202 esclarecendo, então, quem estava presente na reunião era o Diretor Cirilo, que é o diretor
203 de Educação da EPTC. Estava presente também o Diretor Carlos Pires, que é responsável
204 pela Diretoria de Operações; o Gerente da Fiscalização de trânsito, o seu Adalberto Maia;
205 e eu que sou Coordenadora da Passagem Escolar e Isenções ali da EPTC e a nossa
206 Presidente. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de**
207 **Entidades de de e para Cegos – FREC:** Tá. E só para constar, pessoal, o Cirilo é o que
208 estava presente na plenária lá na Câmara de Vereadores que nos deu a resposta que
209 achamos inconsistente, não concordamos, por isso gerou a questão da reunião. **Carolina**
210 **Reis de Jesus, EPTC:** Referente ao item 1: “Estacionamento irregular em vagas
211 reservadas a pessoas com deficiência em frente ao Foro Central. Foi solicitado ao
212 presidente do Conselho acerca da ação realizada em espaços privados, considerando que,
213 conforme a legislação vigente, as instituições privadas, como supermercados e shoppings
214 centers, possuem um prazo até 2027 para adequar a sinalização dos espaços destinados
215 ao público. Dessa forma, a ação realizada tem caráter educativo, sem prejuízo da
216 aplicação de atuações quando cabíveis. O caso específico que motivou a reportagem não
217 se encontrava entre os locais contemplados pela ação educativa. Assim, a fiscalização
218 ocorre de acordo com o dispositivo no Código de Trânsito Brasileiro, o CTB. Os diretores
219 apresentaram os dados referentes às atuações realizadas e foi solicitado pela Senhora
220 Cristina o envio do relatório correspondente”. Não recebeu este relatório? **Cristina**
221 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de de e para**
222 **Cegos – FREC:** Recebemos. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tá. “Também foi
223 solicitado que a EPTC entre em contato com o Conselho, a fim de que sejam construídas
224 conjuntamente ações voltadas ao público do COMDEPA. Foi manifestado o interesse na

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

225 ampliação de ações educativas em vias públicas, com o objetivo de orientar os motoristas
226 quanto à legislação e às necessidades das pessoas com deficiência. O Conselho
227 demonstrou interesse em participar dessas iniciativas, visando a adequar, informar e
228 alinhar corretamente as informações ao público de interesse, reforçando a importância
229 dessa comunicação para evitar divergências ou mal-entendidos. Reiterou-se a necessidade
230 de reuniões com as associações de instituições privadas (supermercados, shoppings
231 centers, hospitais, instituições de ensino, entre outras), com o intuito de reforçar a
232 obrigatoriedade de adequação à legislação vigente, bem como o agendamento de reunião
233 com o Ministério Público. Por fim, foi apresentado o material de divulgação referente à
234 ação, destacando que qualquer cidadão pode consultar se o veículo está devidamente
235 vinculado e possui o direito de estacionar em vagas prioritárias, tanto de pessoas com
236 deficiência, idoso. Essa informação é válida para as credenciais solicitadas por meio do
237 aplicativo CNH Brasil, as quais estão vinculadas ao veículo, no caso a placa do veículo,
238 né? Já a credencial emitida diretamente pela EPTC deve ser impressa e mantida visível
239 no painel do veículo. Essa credencial é vinculada ao beneficiário e válida para qualquer
240 veículo que esteja sendo conduzido por ele ou que esteja transportando a pessoa com
241 deficiência”. **Elder Jacinto Fin, Área do Autismo (Projeto Social Angelina Luz e**
242 **Autismo e Vida):** Dois esclarecimentos. Eu gostaria de saber se é o seguinte: tem a
243 legislação que fala, está citado no ofício que a aplicação de multa está vinculada a um
244 espaço de tempo, né? Eu entendi isso. As multas aplicadas referem-se a quê? Então, só
245 foram infrações? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Qualquer atuação, qualquer ação que
246 foi necessária foi aplicada. Dentro do espaço que tinha disponível. **Nelson Kalil,**
247 **Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** O que eu estou
248 entendendo é que a resposta da EPTC é absolutamente contraditória, por um único
249 motivo. Você diz que tem que ter um espaço, tem um espaço educativo até 2027. Ao
250 mesmo tempo, aplica multa contra os idosos. Não faz o menor sentido. **Carolina Reis de**
251 **Jesus, EPTC:** Não, o que nós dissemos é assim, se for identificada uma multa, a gente
252 vai aplicar a atuação. Se for visto que está sendo dentro do CTB, que está sendo uma
253 infração ocorrida, vai ser. O que a gente está dizendo é que, dentro dos estabelecimentos
254 privados, a regulamentação deles, dentro, tem validade até 2027. **Nelson Kalil, Conselho**
255 **Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Então, como é que foi multado o
256 estabelecimento privado? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Não, não foi estabelecimento,

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

257 foram autuadas as infrações que foram identificadas no momento da ação. **Nelson Kalil,**
258 **Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Só um pouquinho. Eu sou
259 meio burro e meio lerdo, eu não estou conseguindo entender. Como pode ter cometido a
260 infração, se eles têm prazo até 2027 para regularizar? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** O
261 estabelecimento. A infração é do motorista. Não é do estabelecimento. **Cristina Mazuhy**
262 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
263 **FREC:** É da pessoa. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência -**
264 **COEPEDE:** Então, só um pouquinho. Que diferença de uma coisa para a outra? **Carolina**
265 **Reis de Jesus, EPTC:** Porque o estabelecimento tem prazo para se estabelecer. Tu não
266 podes entrar num estabelecimento privado e exigir que esteja dentro da legislação, porque
267 ele ainda tem prazo para se adequar, para a sinalização. Agora, o motorista que estiver
268 descumprindo o CTB, dentro do CTB. As normas do trânsito, elas são baseadas no CTB.
269 **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Mas ele está descumprindo dentro do estabelecimento!
270 **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tudo bem, Nelson. Eu vou pedir então que a diretoria
271 repasse novamente. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência -**
272 **COEPEDE:** Não, não, eu quero que você me explique, porque eu não estou conseguindo
273 entender. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Não, eu não sou especialista na área, eu sou
274 aqui para representar a EPTC e para esclarecer o que foi dito lá na reunião. Se tu queres
275 uma informação mais específica, eu vou passar para a diretoria novamente, vou solicitar
276 isso. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Não,
277 eu quero que vocês me digam se eu estiver errado, mas não faz o menor sentido. Não faz
278 sentido! Não faz o menor sentido! Além do que tem o seguinte, tanto quanto vagas para
279 idosos são descumpridos, o estacionamento para pessoas com deficiência. Tanto quanto,
280 e todas as multas aí foram aplicadas em vagas de idosos, nenhuma para pessoa com
281 deficiência. Então, não há nenhuma infração aí para pessoas, para vagas de pessoas com
282 deficiência. O outro detalhe que eu quero ressaltar é que São Paulo vem fazendo há
283 bastante tempo as autuações em todas as questões de estacionamento em ambientes
284 privados sem pedir, sem exigir essa adequação, porque essa adequação está no CTB e as
285 empresas têm que fazer. Isso cabe às empresas, não à EPTC. E eu continuo dizendo, e
286 vou insistir, e vou terminar com isso, não há nenhuma multa para utilização de vagas de
287 pessoas com deficiência, apesar de ser descumprido diariamente e inúmeras vezes.
288 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e**

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

289 **para Cegos – FREC:** Bom, então, eu estou inscrita, depois a Mônica. Bom, sobre esse
290 primeiro ponto, qual foi a minha não concordância lá, enquanto COMDEPA, que nós
291 falamos sobre isso e foi entendido pela EPTC a viabilidade, salvo se eu esteja enganada,
292 que para nós, pessoas com deficiência, não interessa se é público, se é privado, eu quero
293 estacionar na minha vaga e não quero ninguém estacionando ali, certo? Então, foi
294 proposto pelo COMDEPA que essa campanha ela se amplie para o espaço, as vagas
295 públicas, no meio da rua. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Sim, sim, que a gente chegou
296 a conversar, né, para fazer uma ação, que a gente até falei para a gente fazer junto, né?
297 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e**
298 **para Cegos – FREC:** Isso, e aí entra o questionamento do Nelson, que é o que eu vou
299 falar a seguir, porque a gente vai chegar lá depois na questão do cão-guia, mas eu vou ter
300 que antecipar. Que daí o pessoal já vai pensando sobre isso, tá? Vou pedir que tu envie o
301 relatório, esse, porque a gente procurou ali no e-mail, não achou, mas eu já vi esse
302 relatório, tá? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** O relatório de qual que tu estás falando,
303 Cristina? **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de**
304 **Entidades de e para Cegos – FREC:** O relatório com as multas. Das infrações. Porque
305 o que acontece, pessoal, pasmem, não há reclamações formais à EPTC de pessoas com
306 deficiência, só os idosos que fazem isso. Então, adianta eu ir lá bater boca em grupo de
307 WhatsApp, lá na minha associação, não sei aonde, não adianta. OK, mandar para o
308 COMDEPA, eu entendo que já tem legitimidade se mandou para o COMDEPA, o
309 COMDEPA mandou para a EPTC. Para mim, está legitimado, porque somos um conselho
310 de representação, senão não tenho nada para estar fazendo aqui se eu não posso
311 representar as entidades, né, e os segmentos todos que estão aqui. Mas a questão é que lá
312 no 156, 118 e não sei mais quais números, os canais da EPTC, só tem reclamação formal
313 de idoso, salvo uma deficiente visual que mora na zona sul, que foi a única que fez
314 reclamação formal. Então, como é que eu fico com a minha cara de tacho se as pessoas
315 não reclamam formalmente? Então, assim como eu tenho a obrigação, o dever, como
316 presidenta, de ir lá nas secretarias de vocês cobrar as coisas, eu também tenho que puxar
317 aqui a orelha nossa, tanto que, olha só, quantas pessoas com deficiência que estão aqui na
318 sala hoje. Quantos conselheiros com deficiência que estão aqui? Quantos
319 governamentais? Vamos fazer essa análise. Então, eu tenho que puxar assim a nossa
320 orelha, pessoas com deficiência, que nós temos que entrar nos canais formais da Prefeitura

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

321 e fazer formalmente a reclamação. Porque até, era o Maia que estava do meu lado, porque
322 ele me falou que no táxi ele tem como fazer essa fiscalização do cão-guia. Ele tem como
323 falar, inclusive, para vocês, cadeirantes, que o táxi não pode cobrar uma taxa excessiva.
324 Lembrei desse assunto, também estou atropelando todas as perguntas, que não pode
325 cobrar um valor diferente de vocês que são cadeirantes, que precisam de um táxi
326 adaptado. Foi falado sobre isso. Então assim, vocês têm que formalizar. O seu fulaninho
327 lá cobrou R\$ 80,00 para levar para o mesmo lugar que eu e a Giselle vamos por R\$ 40,00,
328 está errado, vocês têm que formalizar. “Ah, mas eu vou ficar sem o serviço”. É o risco
329 que se corre, mas o taxista tem que ser penalizado por isso. Assim como o seu fulaninho,
330 vou dizer eu, que não tenho cão-guia, entro lá e o táxi não quer levar o meu cão-guia. Eu
331 tenho que formalizar isso. Tu podes repetir para nós os canais, para que fique registrado
332 na ata os canais para esse tipo de reclamações? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tu podes
333 entrar em contato com o 118, né? E se, porventura, não conseguir informar bem se esse é
334 direcionado direto ao órgão, mas pode ser pelo 156 ou pelo 118, tá? Nós também temos
335 um canal geral da EPTC, que é o e-mail EPTC, que é o epc@epc, que também é enviado
336 para o central de atendimento ao cidadão e ali eles também distribuem para o setor
337 adequado para tratar a situação. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação**
338 **Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Certo. Obrigada. Eu espero
339 muito, assim, que a EPTC tenha se equivocado nisso e que a gente tenha lá, em algum
340 momento, achar essas reclamações formais e que a gente venha numa plenária dizer: “não,
341 o pessoal reclamou formalmente, porque realmente quem reclama são os idosos”. Eles
342 vão lá nos canais e reclamam do jeito certo e a gente está perdendo tempo em não fazer
343 as denúncias de forma correta e formal. Agora, eu passo a palavra para a Mônica para
344 depois a gente retornar. **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e**
345 **Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** Eu queria falar duas coisas. Uma é
346 justamente sobre a não notificação das pessoas com deficiência, de um uso inadequado
347 de terceiros das suas vagas. Me ocorre que, talvez, a gente sabe que o Nelson falou que
348 isso deve acontecer muito corriqueiramente, mas talvez as pessoas não saibam quais são
349 os canais que devam acessar. Por exemplo, eu sei que no SUS, se tu não és bem atendido,
350 tu vens na ouvidoria do SUS, mas será que as pessoas com deficiência sabem quais os
351 canais de denúncia, né? O SAC, o 0800 da EPTC para legitimar a denúncia. Então, eu
352 sugeriria que até, enfim, nas redes sociais do COMDEPA, isso seja publicizado, né? E

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

353 também nas nossas entidades, que a gente que, enfim, representa, para que essa
354 informação chegue na ponta, no usuário, porque provavelmente, me ocorre que um
355 desconhecimento, uma falta de informação mesmo de saber qual é o canal de denúncia.
356 Seria uma possibilidade. Não estou dizendo que seria só isso, mas talvez isso ajudaria a
357 pessoa: ah, não, eu estou vendo que alguém está usando a minha vaga, então eu vou ligar
358 para ou mandar um e-mail, enfim, para o órgão competente. Seria uma sugestão. **Cristina**
359 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para**
360 **Cegos – FREC:** Acho que é um encaminhamento já para a gente já aprovar aqui. **Mônica**
361 **Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª**
362 **Região (CREFITO5):** A outra questão que eu fiquei na dúvida quando tu leu o material,
363 tu falou em descumprimento. Isso, qual que seria a diferença de descumprimento de
364 infração? Existe alguma diferença? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Descumprimento,
365 em que momento que eu coloquei? **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de**
366 **Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** É bem no início,
367 assim, quando tu começou a ler ali. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação**
368 **Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Nas demandas, nas perguntas
369 ou nas respostas? **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia**
370 **Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** Foi bem no início que ela começou a ler o
371 ofício. Me chamou muito essa palavra, né? Descumprimento, descumprimento e, para
372 mim, se existe uma legislação, para mim isso se seria uma infração, né? Não seria um
373 simples descumprir, é uma infração. É uma infração de trânsito, enfim, como qualquer
374 outra, né? **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
375 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Qualquer outra. Concordo. **Nelson Kalil,**
376 **Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Eu vou ser obrigado a
377 fazer uma rememoração porque esta batalha não é de agora, esta batalha é de muito tempo.
378 Há muito tempo. O Paulo Kref, eu brincava sempre com ele, que ele era um homem de
379 uma nota só. Ele vinha tocando nesse assunto o tempo inteiro, há muitos e muitos anos.
380 Eu lembro, inclusive, e eu acho que estava junto, Liza, nós fomos numa reunião com a
381 EPTC, lá no Praia de Belas. Tá? E tivemos um encontro maravilhoso, estava tudo
382 resolvido ali e aí saímos dali e fomos nos levar até o estacionamento para mostrar que
383 estavam cumprindo com a legislação. Só que o Paulo Kref era “macaco velho”. O Paulo
384 Kref nos deixou ali e foi para o outro lado. No lado que nós estávamos, estava tudo às mil

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

385 maravilhas, no lado que ele foi, estava tudo exatamente ao oposto. Estavam todas as vagas
386 das pessoas com deficiência ocupadas por pessoas sem deficiência. Então, isso vem de
387 muito tempo. Tudo isso para dizer o seguinte: eu sei, a gente já discutiu isso no
388 COMDEPA há muito tempo, e no COEPEDE também, que reclamações nos meios
389 oficiais não são muito fáceis. Mas esta do estacionamento é uma falácia pelo seguinte,
390 porque foi dito inúmeras vezes pela EPTC que não era obrigação e que ela não podia
391 multar e desestimulou todas as reclamações que havia antes, porque se pegar as
392 reclamações anteriores, vão ver que eram imensas e a EPTC sempre se recusou a agir,
393 inclusive nisso. Ela nunca agiu e, para mim, é absolutamente incompreensível que façam
394 15 ou 20 anos que vêm fazendo conscientizações. Tinha no COMDEPA, aliás, ela vai se
395 lembrar, caixas e caixas ainda de folhetinhos verdes, de campanhas educativas de 20 anos
396 atrás. E sempre tem isso, essa conscientização é sempre, sempre, sempre e sempre a
397 conscientização e nunca para ação. E quando tem ação, é para idosos. **Cristina Mazuhy**
398 **Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos –**
399 **FREC:** Não, mas tu estás correto, Nelson. Eu concordo contigo, porque a Caroline sabe
400 que eu cheguei lá na reunião, eu não concordei. O fato de eu ter sido bem atendida e tudo
401 mais é o mínimo que se espera de um órgão público. Impecável nosso atendimento. É,
402 mas eu não concordo, tá? Concordo com o Nelson, porque é o que eu estou falando,
403 porque, realmente, só que também nós temos que ver. Aí, o rapaz puxou um relatório que
404 foi, se não me engano, desde 2023, realmente não tinha formalização de pessoas com
405 deficiência, muito menos visuais, a não ser uma mulher, uma das nossas que mora lá na
406 zona sul, que, foi resolvido já o assunto dela. Então, assim, é a mesma coisa que vocês
407 cadeirantes com a questão do preço do táxi, que é um exorbitante. Agora a palavra está
408 com a Lizete. **Lizete Cristina Cenci, SMEL:** Relacionado à questão das vagas, que tu
409 estás explicando ali para eles, eu acho bem importante a gente conscientizar que esse
410 assunto não é de hoje e eu acho que a gente tem que levar no MP. Porque não tem o que
411 fazer, entendeu? Não tem mais, se faz 20 anos que a gente discute isso, né, Nelson?
412 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e**
413 **para Cegos – FREC:** Caroline, nós propomos lá a reunião no MP, lembra? **Carolina**
414 **Reis de Jesus, EPTC:** Não foi dado encaminhamento ainda? **Cristina Mazuhy Antunes**
415 **Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Hoje
416 eu não olhei o e-mail. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Eu vou colocar aqui, vou reforçar,

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

417 tá? **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**
418 **da 5ª Região (CREFITO5):** Eu procurei a palavra, é “desrespeito” e não
419 “descumprimento”. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense**
420 **de Entidades de e para Cegos – FREC:** Não, tudo bem. É desrespeito. **Carolina Reis**
421 **de Jesus, EPTC:** Eu sei que eu vou fazer uma ata, Cristina, mas de qualquer forma, eu
422 vou fazer nos meus apontamentos para levar para os diretores depois, tá? Daí eu vou
423 reiterar esse status da reunião. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação**
424 **Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Isso, a reunião com o MP, o
425 envio do relatório, porque a gente procurou ali no e-mail agora, não achei, mas eu, ele me
426 mandou no dia, até. Tá? Então, eu acho que os encaminhamentos. Não sei se a convidada
427 Marta gostaria de acrescentar alguma coisa. Túlio? Marta? Tá, perfeito. Até porque a
428 Marta pode depois duplicar, hã, replicar lá para as associações para nós. Tinha mais
429 respostas aí no ofício? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Sim. Em relação aos outros itens.
430 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e**
431 **para Cegos – FREC:** Tá. Continua, por favor. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tá. As
432 infrações de trânsito, obstrução de acesso à calçada do Hospital Moinhos de Vento. A
433 senhora Cristina levantou a questão dos diretores da EPTC, nos chamaram a atenção, que
434 não se trata de obstrução de rampa e sim de rebaixo de calçada. Citando, inclusive, a
435 recorrência desse tipo de situação. A diretoria retomou o compromisso da EPTC,
436 destacando que se trata de ocorrência tratada com prioridade e que a reclamação deve ser
437 registrada por meio de canal oficial de atendimento pelo 118. A gente citou aqui no, no
438 118, né? Eu posso até ver, como tu solicitaste, né? A gente tem um canal do eptc@eptc,
439 por e-mail, mas o canal principal é o 118, que é o nosso 0800, digamos assim, né? Mas
440 eu posso até ver se existe algum outro formulário, né? Porque realmente para a gente que
441 foi para vocês, a minha área não é especificamente isso, mas eu me informo para ver se
442 tem alguma outra situação, outro canal de atendimento, mas basicamente é para o 118,
443 tá? Foi esclarecido que, neste caso, o motorista é autuado pela infração e, em caso, se for
444 localizado no local da ocorrência, o veículo é removido por guincho, né? No caso, se ele
445 estiver ali, ele retira o carro, né? Senão, se não estiver, o gerente de fiscalização repassou
446 à presidente do COMDEPA as informações referentes às penalidades aplicadas nessa
447 situação. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de**
448 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Ah, essa eu tinha aqui. Tem até o valor, né? A

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

449 multa média, tá? Quatro pontos. O valor, R\$ 130,16. O artigo 181, inciso IX. É, que tem
450 a ver, que são relacionados a essa aplicação da penalidade, tá? O que acontece, Carolina,
451 fazendo uma intervenção antes da continuidade, é que as pessoas acionam a EPTC e a
452 EPTC não aparece, tá? E isso, como diz o Nelson, é falácia. Tanto que essa pessoa autista
453 que estava com a mãe idosa na frente do lugar lá, acionou, a EPTC não apareceu, deixou
454 para mandar a resposta depois e deu toda aquela função lá com a RBS. Nesse caso aqui,
455 eu entendo que o funcionário do Moinhos de Vento, muito embora esse retorno seja dado
456 para ele sobre entrar em contato com o canal 118, ele acionou o Conselho, por quê? Ele
457 se sente representado por este Conselho que é oficial, formalizou isso para a EPTC. Então,
458 na devolutiva para ele, foi informado sobre isso. Agora, se ele ligar lá da frente do
459 Moinhos de Vento, a EPTC precisa comparecer, precisa mandar alguém, né? Não dá para
460 deixar as pessoas no vácuo. Isso é muito frustrante quando a gente está confiante num
461 serviço. Eu fico extremamente incomodada e eu acredito que os presidentes que me
462 antecederam aqui, de demorar horrores para responder um e-mail, porque o órgão do qual
463 a gente depende dessa resposta, demora também, né? Então, eu acho que isso, naquela
464 nossa reunião, a gente conseguiu alinhar de que esses retornos serão mais efetivos.
465 **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Eu reitero com eles novamente também. **Cristina**
466 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de Entidades de e para**
467 **Cegos – FREC:** Tá, segue, vai. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tá. Transporte de
468 pessoas com deficiência e acesso a cães-guias. Aí eu vou mais ou menos repetir o que a
469 gente acabou de falar, né, sobre a questão. A gerência de fiscalização informou à
470 presidente que nos anos de 2024, 2025 e 2026, a EPTC não recebeu nenhuma reclamação
471 formal relacionada a essas situações. A diretoria, a gerência reforçaram a necessidade de
472 que essas informações sejam formalizadas, a fim de que possibilite a aplicação das
473 devidas penalidades, considerando que a EPTC possui o cadastro do taxista, é possível
474 realizar a fiscalização de forma direta quando há registro formal da ocorrência. Da mesma
475 forma em relação a outras questões relatadas, né, pela Presidente, foi ressaltada a
476 importância da formalização das demandas para que as providências cabíveis possam ser
477 adotadas. A Presidente do COMDEPA solicitou que as reclamações sejam encaminhadas
478 formalmente com o objetivo de repassá-las aos membros do Conselho e reiterar a
479 necessidade de registro formal das informações. Também foi esclarecida a legislação
480 vigente aplicada aos veículos de transporte por aplicativo, que a gente explicou para, né,

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

481 para a Cristina sobre a questão da fiscalização, que o táxi a gente tem um amplo controle
482 para fazê-lo, mas os aplicativos, eles ainda não têm a devida formalização,
483 regulamentação. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Riograndense de**
484 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Isso. Então é bem complicado de fiscalizar. O que
485 é bem ruim para nós, né, pessoal? Porque a gente usa bastante o aplicativo. Tem mais?
486 **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tem só umas questões fora que são fora do ofício, que
487 eu coloquei na resposta, que tu gostaria, que a gente conversou por fora aqui, né? Que tu
488 havia solicitado a elaboração de um projeto para implementação de um maior número de
489 sinaleiras com sinal sonoro. Sonoras, desculpa. Além da disponibilização de botão tátil.
490 Na mesma oportunidade, apresentou um projeto concebido sobre a parada segura, que
491 prevê a instalação de sinal sonoro informando a chegada do veículo. O projeto contempla
492 ainda um dispositivo a ser instalado no interior do ônibus, capaz de informar o motorista
493 sobre a presença de pessoa com deficiência visual na parada, de forma sincronizada com
494 o aplicativo utilizado pelo usuário em seu telefone celular. Foi registrado que esse projeto
495 já havia sido apresentado anteriormente, porém não teve prosseguimento. Registrou, né,
496 que a gente conversou sobre isso também. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky,**
497 **Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Ah, isso é bom, até
498 que a Marta está aí, pode nos trazer uma memória de uns testes que a gente fez sobre
499 aplicativos há alguns anos atrás, experimentamos, de pegar o ônibus e tal. Então, a gente
500 começou uma conversa nesse sentido para melhorar a essa questão, tendo em vista que
501 essas paradas, elas estão mais interativas, mesmo para quem enxerga. Quem enxerga vai
502 ler ali que está passando o ônibus tal, em tantos minutos. Então, é uma melhoria nessa
503 questão dos sistemas de aplicativos. Não sei se tu se lembra, Marta, que a gente
504 experimentou os aplicativos alguns anos atrás, eles eram até bem analógicos, assim, né?
505 E pedi a ampliação do número de sinaleiras sonoras, porque aquilo para nós é vida, para
506 a gente não precisar ficar esperando a criatura aparecer, porque a gente às vezes fica horas,
507 sabe, assim, mais de 20 minutos numa Sertório da vida, por exemplo, tentando atravessar.
508 E esse sistema novo que tem, até o Adílson me lembrou, eu acho que vocês estão com
509 umas 54 sinaleiras, se não me engano, que tem lá no site, tem disponível isso. Elas têm
510 um sistema bem bom, que é um painel que tu põe o dedo todo, não é um botão que tu tem
511 que apertar, porque nós falamos até sobre isso, que as pessoas que têm diabetes acabam
512 perdendo a sensibilidade ali. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** É o botão tátil. **Cristina**

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

513 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para**
514 **Cegos – FREC:** Isso. Então, é um painelzinho e tu encosta ali o dedo e ela já funciona, é
515 bem legal. Então foi feito esse pedido, a EPTC ficou comprometida de estudar e dar
516 continuidade nisso, está nos chamando também para as reuniões. Certo? **Marta,**
517 **ACERGS:** Ela leu ali que as denúncias têm que serem feitas formalmente. Quando a
518 gente faz a denúncia por telefone, ela não é considerada formalmente? Porque também
519 eu percebi que tu leu que nos últimos anos de 2024, 2025 e 2026 não teve nenhuma
520 denúncia, e a gente sabe que teve muita briga com alguns e tal, essa coisa toda. E eu e
521 uma amiga minha, a gente fez uma denúncia, então essa estatística não foi contabilizada.
522 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e**
523 **para Cegos – FREC:** E eu tenho outra pessoa que fez também e não está aparecendo. É
524 essa a nossa dúvida. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Eu só vou reiterar aqui que não é a
525 minha área, mas é óbvio que eu vou passar todas as informações. O que eu sugiro? É
526 sugestão mesmo. Se vocês tiverem, vocês normalmente têm o número de protocolo, que
527 se tiver alguma informação: "ah, guardem o número de protocolo". "Ah não, mas a gente
528 fez a reclamação sim, porque a gente tem esse número de protocolo tal". Daí a gente até
529 é mais fácil para registrar e até para dar essa resposta se vierem dizer para vocês que não
530 houve uma reclamação. Mas eu vou passar para eles também sobre isso aí. Isso aí eu vou
531 passar tudo para os gerentes e para os diretores também. Certo? **Cristina Mazuhy**
532 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
533 **FREC:** Mais algum encaminhamento sobre a reunião da EPTC, pessoal? **Nelson Kalil,**
534 **Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Eu só tenho algumas
535 colocações, se me fizerem, sobre a questão dos táxis, tá? São questões, são coisas
536 diferentes. O aplicativo é uma situação que não tem gerência da EPTC, porque o
537 aplicativo é outras normas. E os táxis, nós temos duas realidades absolutamente diversas.
538 Nós temos uma realidade que é a Associação dos Taxistas, que tem o Táxi Acessível, que
539 tem uma realidade que é complicada, mas tem um serviço conveniente. E tem outros
540 taxistas, que a Liza conhece muito bem e eu conheço muito bem, que é uma realidade
541 completa, que é caso de polícia, não é caso nem da EPTC, é caso de polícia, inclusive
542 com situações. Agora, eu acho, e é isso que eu queria encaminhar, fazer como um
543 encaminhamento para o COMDEPA, o COMDEPA tem que acionar a EPTC para que a
544 gente tenha uma quantidade maior de táxi acessível, porque está ficando inviável pessoas

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

545 pegarem táxis acessíveis. Hoje, para mim ou para a Liza, que somos os dois cadeirantes
546 que estão aqui, pegar um táxi, se nós pegarmos três ônibus, nós vamos chegar antes, se
547 nós esperar três ônibus, nós vamos chegar antes do que um táxi chegar aqui, porque está
548 absolutamente inviável por uma série de motivos, e nós teríamos que trabalhar junto com
549 a EPTC, com a Prefeitura, para que melhorasse a condição para ter mais táxis acessíveis
550 aqui, porque os 81 é passado, agora nós temos menos de 30. **Cristina Mazuhy Antunes**
551 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Eu
552 acho que isso pode ser um encaminhamento sim aqui para o plenário, se todos os
553 conselheiros concordarem. Mas o Thúlio quer falar e depois a Liza. **Thúlio Jahnke,**
554 **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS:** Só uma dúvida
555 sobre, por exemplo, como um surdo faria para reclamar lá na EPTC? **Carolina Reis de**
556 **Jesus, EPTC:** Nós temos o e-mail da EPTC, eptc@eptc.prefpoa.com.br. Quer que eu
557 deixe anotado? **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Mas eu acho que o 156, Liza, me
558 ajuda nesse conhecimento, tem um canal acessível, não tem? **Lizete Cristina Cenci,**
559 **SMEL:** Sim. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Certo. Então, o 156, o aplicativo, tem
560 que baixar no celular. Aí lá pelo 156 tem a parte pelo aplicativo, né, tem a parte de
561 denúncias que já é acessível também para quem tem deficiência auditiva. **Carolina Reis**
562 **de Jesus, EPTC:** Eu vou, só para reforçar para a Mônica, né? Desculpa. Eu vou verificar
563 todos os canais disponíveis. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**
564 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Tu nos traz na próxima. **Carolina**
565 **Reis de Jesus, EPTC:** A gente pode encaminhar antes. **Lizete Cristina Cenci, SMEL:**
566 Relacionado aos táxis, tá? Eu tenho recebido muitas reclamações relacionadas a preços,
567 né, dos táxis. E esse final de semana eu recebi outra de uma senhora que quer ir na igreja,
568 que a amiga dela pega táxi comum, paga R\$ 120,00 de ida e R\$ 120,00, de volta. É, então
569 assim, eu queria até ouvir do Nelson, porque eu acho que as últimas audiências públicas
570 que fizemos, eu acho que não participei, não me lembro mais, foi ainda quando era o
571 Vereador Medina, né, o que que ficou resolvido na época, o que que a gente pode hoje
572 fazer para, claro, não prejudicar o serviço, né, mas melhorar. Claro que a gente precisa de
573 aumentar o número, né, mas acho que a gente tem que voltar a discutir esse preço. **Nelson**
574 **Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Se me permitir
575 responder para a Liza, nós temos duas realidades. A gente sempre brigou, e tu te lembras
576 disso, tu brigava muito, que o preço é exatamente igual. Só que a realidade mudou. Então,

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

577 a associação criou uma tarifa um pouquinho a coisa superior, o que é aceitável, eu acho,
578 e dentro da realidade de hoje. Só que tem algumas pessoas que tu conhece muito bem,
579 dos anos da vida, né, os pianos da vida, né, que fazem um exagero gigantesco, que o caso
580 desse que corridas que custariam R\$ 15,00 e custa R\$ 150,00, até R\$ 500,00. Já houve
581 casos de R\$ 500,00 de cobrança, né, sobre essas pessoas. E essas pessoas são pessoas que
582 estão fora da associação e completamente irregulares. E esta, eu acho que caberia uma
583 ação da EPTC junto a esses, a essas pessoas, que a gente conhece, a gente pode citar o
584 nome de todos eles. **Lizete Cristina Cenci, SMEL:** Essa senhora que me procurou, ela
585 citou o MOB. Eu, eu não costumo pegar o MOB, eu pego a Associação de Táxis, tá?
586 Então, eles têm uma taxa mínima. E claro que da minha casa até a zona norte é um valor.
587 Vai do centro até a zona norte é um valor, para voltar é outro, enfim, mas o MOB, essa
588 empresa MOB, parece que abusa do valor. Tem o assédio, tem a falta de respeito, tem
589 incapacidade, tem de tudo que tu pode imaginar. Essa senhora, ela não quer se manifestar,
590 ela não quer falar o nome dela, porque ela tem medo de sofrer alguma represália, enfim.
591 Então, ela é uma pessoa com deficiência também, então é complicado. **Cristina Mazuhy**
592 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
593 **FREC:** Eu acho que então, enquanto COMDEPA, porque fica bem complicado quando
594 as pessoas não querem se comprometer. Imagina nós, que somos cegos, que não
595 enxergamos de onde pode vir a paulada. Pior ainda! Então, fica bastante complicado
596 quando as pessoas não querem se comprometer, mas querem o serviço. De qualquer
597 forma, o COMDEPA propõe aqui encaminhamentos. Giselle, não sei se tem alguma
598 proposta melhor, para que a gente oficie, enfim, de novo, a EPTC nesse sentido, de se
599 comprometer com essa fiscalização dessas associações, que vocês podem nos auxiliar
600 mandando os nomes, tá? E também o outro encaminhamento que era sobre o que mesmo?
601 **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COPEDE:** Para fazer
602 o aumento da frota. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense**
603 **de Entidades de e para Cegos – FREC:** A ampliação da frota. Assim como a gente
604 pediu a ampliação do número de sinaleiras, verificar a possibilidade, né, de a EPTC estar
605 fomentando até políticas internas, enfim, para a ampliação dessa frota acessível. **Mônica**
606 **Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª**
607 **Região (CREFITO5):** Eu tenho uma dúvida. Eu gostaria de saber se o número da EPTC,
608 ele, para denúncias, né, ou e-mails, é o mesmo para todos os assuntos que a gente falou

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

aqui? Para estacionamento, sinaleira, né, enfim, não está funcionando, táxis. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** É assim, funciona da seguinte forma, é uma única central e conforme a reclamação, eles vão direcionando para os setores, entendeu? Daí quando, quando é alguma coisa que vem até pela ouvidoria da prefeitura, a gente recebe também, que eles recebem por lá também. Então, a gente vai direcionando, né, quando é, por exemplo, direcionar alguma coisa para o meu setor, eu vou responder e às vezes eu respondo por um canal oficial que eles respondem para o usuário, né? Mas normalmente é encaminhado cada setor para dar o andamento da sua reclamação, para ter conhecimento específico. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Era isso, então,. **Lizete Cristina Cenci, SMEL:** Voltando à questão da resposta da secretária lá de Brasília. Assunto um. A Érika conseguiu botar o print do ofício no grupo. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Encerramos o assunto três aqui, né, gurias? Pode fazer a leitura.

2. RETORNO DO OFÍCIO DO CONADE;

Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO5: Ela mandou o print e depois ela mandou o ofício. Eu consegui abrir. “Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ofício número 102/2026, Gabinete SNDPD/SNDPD/MDHC. Brasília, na data da assinatura. À senhora Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre. comdepa@portoalegre.rs.gov.br. Assunto: Consulta do símbolo de acessibilidade. Referência: Ao responder este ofício, favor indicar expressamente o número do processo. Daí tem o número do processo. Senhora Presidenta, primeiro: ao cumprimentá-la, apresentamos a manifestação desta Secretaria Nacional aos pleitos expressos no ofício número 02/2026 5364667 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre, por meio do qual são solicitados esclarecimentos quanto ao uso adequado do símbolo de acessibilidade, bem como as normas que regem a sua utilização na identificação de atendimento prioritário às pessoas com deficiência. Segundo: a utilização dos símbolos de acessibilidade é estabelecida pela Lei número 13.146, de 6 de julho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, bem como

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

641 pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, em especial
642 a ABNT NBR 9050, que define critérios para a sinalização acessível em edificações,
643 mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Terceiro: quanto ao símbolo de
644 acessibilidade para a identificação de atendimento prioritário às pessoas com deficiência
645 em equipamentos públicos de saúde, informa-se que atualmente é utilizado o Símbolo
646 Internacional de Acesso, conforme previsto na legislação vigente e nas normas técnicas
647 aplicáveis, em especial a Lei número 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de
648 Inclusão da Pessoa com Deficiência, e a ABNT NBR 9050, que estabelecem parâmetros
649 para a sinalização acessível em espaços de uso público. Quarto: no que se refere à
650 existência de normas normativas, resoluções ou orientações atualizadas que possam
651 subsidiar a padronização das placas de atendimento prioritário destinadas às pessoas com
652 deficiência, informa-se que a matéria encontra-se disciplinada pela legislação vigente e
653 pelas normas técnicas aplicáveis, em especial pela Lei número 13.146, que é a Lei
654 Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e pela ABNT NBR 9050, que
655 estabelecem critérios e parâmetros para a sinalização acessível em equipamentos
656 públicos. Quinto: cabe destacar também que o Projeto de Lei número 2.199/2022,
657 aprovado no Senado Federal em 29/04/2025, estabelece a substituição do Símbolo
658 Internacional de Acesso pelo Símbolo Internacional de Acessibilidade. O símbolo
659 proposto foi criado em 2015 pela ONU e procura englobar todas as possibilidades de
660 deficiência e acessibilidade. Dessa forma, salienta-se que está em votação a substituição
661 do símbolo internacional com a imagem de um cadeirante em fundo azul ou preto, que é
662 geralmente associado à pessoa com mobilidade reduzida. A proposta altera a Lei número
663 7.405, de 1985, determinando a substituição das placas de sinalização ocorra em até 3
664 anos após a publicação da lei e obriga o uso do símbolo em faixas de circulação, em pisos
665 táteis, direcionais e de alerta, e em mapas ou maquetes táteis. Fonte: Agência do Senado.
666 Sexto: dessa forma, considerando o retorno do projeto de lei à Câmara, o manifesto
667 interesse na padronização das placas no município e o atendimento ao princípio da
668 eficiência que rege a administração pública, apresentamos a manifestação e orientamos,
669 se não houver prejuízo no gozo dos direitos pelas pessoas com deficiência, que a
670 substituição e padronização das placas aguarde a promulgação do referido projeto em
671 benefício e proteção do erário. Atenciosamente, Izadora Rodrigues Nascimento Santos,
672 Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. **Cristina Mazuhy Antunes**

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

673 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:**
674 Obrigada pela leitura, Mônica. Liza, quer fazer considerações? Giselle, quer fazer alguma
675 consideração sobre? **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Olha, eu tenho para mim que
676 o ideal é que a gente possa, de todas as formas possíveis, defender a utilização do símbolo
677 que representa o segmento como um todo, que representa todas as pessoas com
678 deficiência. Eu tenho essa visão. Então, a decisão é nossa, se a gente segue a diretriz
679 imposta pela Secretaria Nacional, tendo em vista que não é uma obrigatoriedade, ou se a
680 gente decide por fazer outro tipo de sugestão aqui no município. **Mônica Paula Thomé,**
681 **Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região –**
682 **CREFITO5:** Eu tenho observado. Uma, eu venho observando em estabelecimentos
683 privados agora, tipo, banco, hospitais privados. Eu sempre vejo placas de assento ou
684 atendimento prioritário com os seguintes desenhos: pessoas acima de 80 anos, pessoas
685 com crianças de colo, gestantes, o símbolo da cadeira de rodas e também esse símbolo da
686 pessoa com deficiência, como hoje temos, e também o laço, aquele com quebra-cabeça,
687 que é o símbolo do autismo. Então, só para dar um informe que é uma coisa extra, mas é
688 o que eu vejo nos lugares que eu circulo, é o que eu observo no meu dia a dia. E a outra
689 questão que eu lembro que a gente, na plenária que a gente discutiu muito, que antecedeu
690 o envio desse ofício para o CONADE, foi que a conselheira, que não está hoje, a Érika,
691 ela trouxe muito uma questão de uma legislação municipal para justificar o símbolo do
692 autismo. Eu, na verdade, foi o que eu entendi, porque ela sempre traz muito isso: "não,
693 mas existe uma lei municipal". Eu desconheço essa lei, sou bem sincera. Então, realmente,
694 nesse sentido, talvez, se existe essa lei, que a gente teria que, talvez, eu acho que ela até
695 mencionou, eu acabei não verificando, mas talvez realmente existe um conflito, porque
696 se existe uma legislação que preconiza o uso do símbolo do autismo, ok, mas também
697 existe a legislação que hoje preconiza o uso da acessibilidade universal, que é o que
698 temos, não vamos falar do que está tramitando, daí é outra questão. Mas talvez por isso
699 também justifique esse conflito e, enfim, de cada um defender os seus pontos de vista.
700 Então, acho que a gente tem que, só isso que eu queria, minhas percepções a respeito
701 sobre isso. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COPEDE:**
702 Realmente, isso para mim tem vários pontos aí. A primeira, que eu julgo a mais
703 importante de todas, que é a união das pessoas com deficiência, a união de todas as
704 deficiências. Nós temos que unir as deficiências e não desunir. Segunda questão: há

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

705 realmente a lei que obriga o uso do laço, foi aprovada em Porto Alegre, que é uma lei
706 municipal que foi aprovada aqui em Porto Alegre. Mas foi aprovado inúmeras leis que
707 não estão sendo cumpridas. Agora, eu quero ressaltar uma coisa no ofício da Izadora: a
708 secretária colocou no ofício, no final, ela colocou o quê? "Se não houver prejuízo, é
709 melhor aguardar". Só que já há o prejuízo, porque nós já estamos há 2 anos que a Geórgia
710 vem lutando para colocar as placas nos postos e não consegue exatamente pela poluição
711 de símbolos de deficiência. Então, nós não temos as placas ainda por causa disto. Então,
712 nós estamos tendo um prejuízo. E eu vou repetir, eu digo isso em todas as plenárias, eu
713 digo isso aqui no COPEDE, em todos os lugares que eu vou, eu digo sempre: hoje em
714 dia, na maioria dos lugares, pessoa com deficiência é cadeirante. Vou citar na Expointer:
715 só davam preferência para cadeirante. Eu fui reclamar porque não estavam dando
716 preferência para autista, eles falaram: "mas não é deficiência". Se nós colocarmos o
717 símbolo do cadeirante e o do autista, vamos repetir o que, por exemplo, diz o nosso vice-
718 presidente: "pessoas com deficiência e autistas". Opa, espera um pouquinho, é só pessoas
719 com deficiência, não é "pessoas com deficiência e autistas". É pessoas com deficiência:
720 cadeirantes, surdos, cegos, Down, autistas, todos são pessoas com deficiência. E aí o
721 símbolo universal une tudo isto. E aí é um ótimo momento para nós colocarmos e
722 fazermos uma campanha: "olha, somos todos pessoas com deficiência, temos de defender
723 a todos. Não temos que defender autistas, surdos, cegos, cadeirantes, temos que defender
724 a todos". Então, acho que o interesse nosso é utilizar o símbolo universal de
725 acessibilidade, que, cá entre nós, todo mundo sabe disso, é patente, isto vai ser aprovado,
726 hoje ou amanhã, na Câmara, vai passar com tranquilidade, por unanimidade. **Lizete**
727 **Cristina Cenci, SMEL:** É que assim, é muito complicado. A gente vai fazer uma, vai
728 usar a identidade em nome de um município que a gente tem uma lei, é isso? Essa seria a
729 ideia? **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COPEDE:** Não,
730 ao contrário. Eu acho o contrário. Essa lei do município não é aplicada. A lei obriga a
731 colocar nos ônibus, não tem um único ônibus com o laço. A lei manda botar nos postos
732 de saúde, não tem um único posto de saúde com o laço. Alguns poucos lugares têm. **Lizete**
733 **Cristina Cenci, SMEL:** Entendi. O problema é que a gente tem que ter uma nacional que
734 seja mais forte, né? **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência -**
735 **COPEDE:** Mais um detalhe que eu me esqueci de falar: o Ministério da Saúde usa o
736 símbolo universal. A Defensoria Pública da União usa. Vários órgãos do governo federal

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

737 utilizam amplamente o símbolo universal. Isto está em uso porque há uma norma, tem a
738 LBI, etc. e tal. Agora, esta norma não obriga, não impede que se use o símbolo universal.
739 Não se impede isto. Inclusive, se eu botar um cartaz aqui dizendo "prioridade para pessoa
740 com deficiência", sem nenhum símbolo, vai valer do mesmo jeito, não vai ser proibido.
741 Então, não há problema, não há conflito de interesse nisso, eu acho. **Cristina Mazuhy**
742 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
743 **FREC:** Certo. Thúlio, quer falar alguma coisa? Elder. **Elder Jacinto Fin, Projeto Social**
744 **Angelina Luz e Autismo e Vida:** Eu tenho dislexia de fala e peço que me perdoem se
745 acontecer alguma coisa motora aí. Eu estou com um Parkinson, mas vamos tentar colocar
746 aqui: eu estava de acordo com o encaminhamento do símbolo único. Depois que eu li a
747 legislação estadual e municipal, eu fiquei em dúvida sobre o autismo, por exemplo, que
748 diz aí que tem que ter um símbolo específico para identificar. Por exemplo, fala de
749 autismo diretamente. Então, eu gostaria de colocar esse item aí, que eu mudei por causa
750 disso, por causa dessa legislação que é específica. E eu venho falar aqui da Érika, que ela
751 comentou muito isso. Mas nós vamos dar uma oportunidade geral aqui para a
752 manifestação geral. E outra coisa, eu também acho que, por exemplo, o surdo não tem
753 uma especificação. Ele teria que ser colocado num critério único de todos os símbolos?
754 **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e**
755 **para Cegos – FREC:** Tem sim, a orelhinha cortada. **Elder Jacinto Fin, Projeto Social**
756 **Angelina Luz e Autismo e Vida:** Então, todas as deficiências estão demonstradas aí. Eu
757 acho que o ofício federal não foi claro ainda na adoção de um critério único. Eu acho que
758 ele mandou aguardar a Câmara, embora a Câmara fosse aprovar, é que a tendência é
759 aprovar. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
760 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Mas vocês têm o entendimento de que uma lei
761 federal, ela é hierarquicamente superior a uma lei municipal? Consegue todo mundo ter
762 esse entendimento? **Elder Jacinto Fin, Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida:**
763 Sim, consigo ler a lei federal que ela tem uma hierarquia sobre a lei municipal. **Cristina**
764 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para**
765 **Cegos – FREC:** Certo. Então, eu acho que se a Giselle ou talvez a convidada Marta não
766 tiverem mais alguma consideração, a gente pode dar o encaminhamento no sentido de
767 aguardar esta aprovação ou não. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Eu acho que a
768 gente vai ter que votar. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

769 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Pois é, uma votação para aguardar
770 ou para andar logo com esse símbolo e implementar as placas nos postos de saúde.
771 **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da**
772 **5ª Região – CREFITO5:** Só mais uma consideração. Nelson, tu falou, porque eu entendi
773 também do prejuízo ao erário, é no caso também se refere à substituição do que, no nosso
774 caso, não tem nem substituição porque não tem o que substituir. É, o problema é pior, não
775 tem nem o que substituir. Também fala no sentido de ter prejuízo em termos de custo
776 financeiro da substituição dessas placas de um símbolo por outro. Sim, mas já é
777 totalmente prejudicial. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**
778 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Então, diante dessas considerações
779 todas, eu acho que a gente pode encaminhar uma votação sobre isso. Aguardamos a
780 aprovação ou vocês preferem dar encaminhamento? **Giselle Guimarães Hubbe,**
781 **SMIDH:** Sim. Para que conste em ata, pessoal, a Giselle está me lembrando aqui, precisa
782 passar um por um. Aí tu tem que deixar bem claro o que vai ser votado, se é favorável
783 ou contrário, para que cada um possa fazer seu voto. **Cristina Mazuhy Antunes**
784 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:**
785 Favorável a aguardar a aprovação ou contrário a aguardar a aprovação e dar outro
786 encaminhamento. Em regime de votação, vou começar pelo Thúlio. **Andresa Souza**
787 **Quessada, SMAS:** Eu só tenho uma dúvida. Ali no final, na última frase, fiquei com
788 dúvida agora. Se esse prejuízo, eu tinha entendido que era prejuízo ao atendimento das
789 pessoas. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
790 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Também. Ele também é, porque a gente não está
791 conseguindo ser prioritário. **Andresa Souza Quessada, SMAS:** Eu fiz a leitura de que é
792 assim: está em votação, existe um símbolo, porém está sendo encaminhada a escolha de
793 um novo símbolo que contemple todos. Sugere aguardar ou, desde que não haja prejuízo
794 no atendimento. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
795 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Mas vai haver. Já está acontecendo no
796 atendimento, porque as pessoas não conseguem ter prioridade, especialmente as
797 deficiências invisíveis. Se a pessoa não é cadeirante, como diz o Nelson, entendeu?
798 **Andresa Souza Quessada, SMAS:** Agora vou fazer uma pergunta bem de quem está
799 ingressando aqui. Haveria um problema dessas placas saírem sem nenhum símbolo, já
800 que de repente se faz a placa com o símbolo atual e daqui a alguns meses é feita a escolha

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

801 de um novo? E aí para fazer a substituição seria mais gasto? **Giselle Guimarães Hubbe,**
802 **SMIDH:** É um gasto tão... **Andresa Souza Quessada, SMAS:** Eu estou fazendo uma
803 pergunta bem de quem não sabe muito. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky,**
804 **Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Quem poderia
805 responder essa pergunta sobre sem símbolo? **Nelson Kalil, Conselho Estadual da**
806 **Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Me perdoa, mas só deixa eu te lembrar, a Giselle
807 talvez se lembrará também que a Geórgia trouxe para o COMDEPA um modelo de placa
808 para ser aprovado aqui e para ser colocado nos postos, e foi vetado porque eles queriam
809 todos os símbolos ali. E não tinha como fazer todos os símbolos. Então, a proposta era
810 fazer o símbolo universal e aí, se aprovasse, o COMDEPA pudesse aprovar isto para a
811 Geórgia pôr em aplicação, e aí nós teríamos finalmente a prioridade, porque dos 103
812 postos de saúde hoje, apenas 5 têm placa de prioridade, por causa disso. Só esse
813 esclarecimento. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
814 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Correta a memória do Nelson. **Carolina Reis de**
815 **Jesus, EPTC:** Posso fazer uma pergunta? Eu não sou deficiente, então tem algumas,
816 apesar de estar dentro do COMDEPA e trabalho com isso, algumas coisas não me são
817 muito claras. Essa votação do símbolo, é a nível municipal ou a nível federal? **Giselle**
818 **Guimarães Hubbe, SMIDH:** Tudo é municipal aqui, sempre. A gente não tem como
819 discutir as outras esferas. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** O que eu pergunto para vocês
820 é assim: no momento, por exemplo, vou dar um exemplo meu lá do meu setor, que a gente
821 tem a credencial para estacionamento. Ela é, o símbolo que vai na credencial, o modelo
822 todo, é determinada pelo CONTRAN, não é nem nossa. O CONTRAN que manda, e hoje
823 o símbolo na credencial é a cadeira de rodas, da deficiência. Alterando esses símbolos
824 municipais, não vai gerar um problema se as pessoas quiserem que os documentos
825 oficiais federais não tenham essa mesma... É uma pergunta genuína mesmo que eu não
826 entendo, só para, a nível de votação, eu me entender. Não dá problema, não dá
827 discordância? Por exemplo, daí eu vou emitir uma credencial, por exemplo: "ah, a EPTC
828 não está seguindo a lei municipal que tem que colocar o símbolo tal". **Giselle Guimarães**
829 **Hubbe, SMIDH:** É porque, na verdade, o documento não é fornecido pela EPTC. Se ele
830 é fornecido pelo CONTRAN, vai respeitar a legislação nacional, federal, como a Cris
831 disse, ela é superior. Mas a gente tem autonomia para deliberar algumas questões aqui no
832 município também. A gente gostaria que unificasse? Gostaria, mas se há o conflito, a

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

833 gente, infelizmente, vai ter que ir para a prática. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** A única
834 coisa é só para saber se não dá conflito depois com as pessoas, que nem todo mundo
835 entende isso, porque depois chega na hora da prática pode dar problemas. Infelizmente, a
836 gente entende que nem todo mundo entende que a federal, ela sobrepõe. Mas, a nível de
837 vocês, o ideal é aprovar mais rápido, é isso? **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** É que
838 na prática, na verdade, infelizmente, ninguém entende. A gente luta para mudar uma
839 cultura, uma cultura mundial, na verdade, da falta de reconhecimento em relação às
840 especificidades de todas as deficiências. Então, a gente está trabalhando aqui pensando
841 no nosso município, mas essa é uma problemática generalizada. Então, de fato, a cultura
842 ainda vai levar muitos anos para se estabelecer de uma maneira unificada, mas eu acredito
843 que a gente precisa fazer o nosso papel. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Eu sou bem
844 leiga nessa questão mesmo, porque eu não venho de um lugar de fala, mas o que me
845 preocupa é realmente uma questão que, daqui a pouco, não vão querer alterar ou cumprir
846 essa legislação porque ela não vale a nível federal. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:**
847 Mas quem não vai querer? **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Não, é só uma pergunta
848 genuína, Giselle, que eu não entendo mesmo. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Sim,
849 mas eu quero entender também a quem tu te referes de não vão querer. **Carolina Reis de**
850 **Jesus, EPTC:** Vamos supor que alguém, uma qualquer instituição privada, que diga: "Eu
851 não vou colocar porque não está na lei federal, porque a lei federal exige uma outra". É
852 só uma pergunta, desculpa, não estou querendo impor nada. **Giselle Guimarães Hubbe,**
853 **SMIDH:** Se não for uma legislação municipal, a instituição privada não tem obrigação,
854 realmente. **Carolina Reis de Jesus, EPTC:** Tá, entendi. É só para entendimento mesmo.
855 Obrigada, Giselle. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense**
856 **de Entidades de e para Cegos – FREC:** Bom, então eu acho que, diante dessas
857 manifestações todas, que a gente vê que seguem conflitantes, eu concordo totalmente com
858 o Nelson nesse sentido aí, acho que a gente precisa fazer um encaminhamento de votação
859 se a plenária concorda que se aguarde a aprovação deste símbolo nacional, tá? Que pode
860 demorar e a gente fica sem placa nenhuma, ou se é contrário a isso. Certo? **Giselle**
861 **Guimarães Hubbe, SMIDH:** Vamos encaminhar as placas e depois a gente resolve
862 quando sair a aprovação. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**
863 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Sem símbolo nenhum. Pode ser,
864 daqui a pouco, se pensar num modelo, tá, pessoal, que deixa um espaço para se colar o

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

865 símbolo. **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia**
866 **Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** Gente, uma questão de ordem aqui, né? Acho
867 que é assim, o que que a gente tem hoje de legislação que veio de retorno do CONADE?
868 Existe já um símbolo que é o considerado oficial, ponto, né? Tá todo mundo de acordo,
869 certo? Isso é o que está dado hoje pela lei federal. Todos seguem essa lei, certo? Tá. E a
870 proposta que eles estão sugerindo é que está tramitando um outro símbolo, né, universal,
871 que é aquela figura, não é uma pessoa, né, mas enfim, é aquela, para ser uns cinco pontos
872 ali para simular ali o indivíduo, né? Eles estão, existe uma proposta que está tramitando
873 que então este símbolo venha a substituir o atual. É isso que está proposto. Então, não
874 tem, vocês estão, pelo que eu estou entendendo, vocês estão propondo que seja feito uma
875 outra questão que seria só a escrita do que é obrigatório sem símbolo nenhum para,
876 enquanto se aguarda o que está tramitando no Senado para daí definir qual vai ser o
877 símbolo? É uma terceira opção que vocês estão utilizando, é isso? **Cristina Mazuhy**
878 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
879 **FREC:** Não. Acho que não estou me fazendo clara, porque é assim, as pessoas precisam
880 ser atendidas agora. Eu não sou usuária do posto de saúde, tudo bem, mas quem é usuário
881 do posto de saúde precisa ser atendido agora, não é quando, daqui a 3 anos. Precisa ser
882 atendido agora. Então, precisa ter uma placa lá dizendo da prioridade de atendimento a
883 todas as pessoas com deficiência, tá? E aí a gente vai ter a Lei Brasileira de Inclusão e a
884 legislação, mas não se colocar o símbolo e se aguardar a aprovação ou não aprovação,
885 para depois se colocar o bendito símbolo, porque não dá para a gente pegar e colocar 10
886 símbolos, porque daí entra na proposta que a Geórgia tinha trazido, que tinha vários
887 símbolos na placa e ficou horrível. E continua as pessoas não sabendo. A última, para
888 vocês saberem, eu cheguei no meu condomínio com a minha bengala esperando um
889 objeto na portaria e uma vizinha perguntou se eu estava pulando corda. Não sabia. Essa
890 nova, nossa bengala agora é pula-corda. Aquele dia eu tive preguiça de explicar, sabe?
891 Porque é a minha vizinha, lê no grupo o que eu coloco sobre legislação e tudo mais. Então
892 não tem uma terceira opção, é assim. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** E eu, quando
893 estou naquela preferencial, as pessoas perguntam se eu estou gestante, me acham mais
894 barriguda do que cega. [Risos]. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação**
895 **Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Ah, porque tu não usa bengala.
896 Então, a gente não vai falar sobre isso, tá? Porque eu sou obrigada? Não sou obrigada. E

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

897 a pessoa não é obrigada. Ou então, assim, o encaminhamento, não sei se ficou claro agora,
898 ele é que se coloque, precisa da placa no posto, tá? Precisa porque as pessoas não
899 entendem que uma pessoa tem deficiências variadas, tá? Mas que se aguarde a aprovação
900 ou não do símbolo, enfim, essa alteração de símbolo. Então, me ajuda na formulação do
901 encaminhamento, Giselle. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Tá. Então, a votação é
902 se nós, COMDEPA, né, cada um de nós aqui vai votar se está a favor a aguardar a nova
903 simbologia, a votação da nova simbologia, ou contrário a aguardar. O contrário já
904 entende-se de que nós vamos dar um encaminhamento de que as placas sejam colocadas
905 imediatamente. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de**
906 **Entidades de e para Cegos – FREC:** Sem símbolo nenhum. **Giselle Guimarães Hubbe,**
907 **SMIDH:** Exato. Então, vai ser elaborado um encaminhamento aqui pelo conselho. Então,
908 a favor em aguardar ou contrário em aguardar. **[Sem identificação]:** E para quem é
909 analfabeto, vai conseguir ler o que está escrito? **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky,**
910 **Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Ah, não, aí não.
911 **Marta, ACERGS:** Não, não, mas a pessoa que é cega não vai conseguir ler. **Cristina**
912 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para**
913 **Cegos – FREC:** Exatamente, Marta, muito obrigada. **Giselle Guimarães Hubbe,**
914 **SMIDH:** Então, aí a gente vai precisar sempre de acessibilidade, né? **Elder Jacinto Fin,**
915 **Área do Autismo (Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida):** Só esclarecendo,
916 então, a Giselle está propondo que se leia uma, que se veja uma, um símbolo, aliás, um,
917 sem símbolo, sem nada? **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Por enquanto. Até, porque
918 depois pode ser votado e aí a gente vai entrar com esse símbolo universal, se finalmente
919 saia, né? Mas por enquanto é a favor em aguardar ou contrário a aguardar. **Cristina**
920 **Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para**
921 **Cegos – FREC:** Isso. Então, começando aqui pelo Túlio, em regime de votação, tá,
922 pessoal? A favor a aguardar ou contrário a aguardar. **Thúlio Jahnke, Federação**
923 **Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS):** Na verdade, é um
924 pouquinho confuso, porque se for para colocar agora, vai sem símbolo. Talvez no futuro
925 seria melhor esperar o símbolo. Parece que esperar o símbolo, eu entendo que é
926 importante, que vai dar prioridade à acessibilidade. Mas um surdo não, talvez não entenda
927 o que é, por exemplo, uma pessoa surda não tem a voz para escutar se for o símbolo ou
928 se for um desenho de cadeirante, consegue, mas um surdo não consegue. A legenda não

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

929 tem exatamente a resposta. Por exemplo, ele analisando o símbolo novo, parece o corpo
930 de uma pessoa perfeita nesse símbolo. Parece como se fosse o corpo de um homem
931 perfeito. Eu entendo, mas no meu sentimento ao olhar isso, eu vejo naquele símbolo uma
932 pessoa completa e perfeita, não com deficiência. Abstenção. **Giselle Guimarães Hubbe,**
933 **SMIDH:** Eu voto contrário em aguardar. Eu acho que a gente tem que encaminhar logo
934 as placas o quanto antes. **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e**
935 **Terapia Ocupacional da 5ª Região (CREFITO5):** Conversando aqui com a colega, né,
936 eu não sou uma pessoa com deficiência e eu acho que tem que prevalecer o que as pessoas
937 com deficiência acham mais necessário. Então, nesse sentido, eu tenho a minha opinião,
938 mas aí a minha opinião, eu prefiro me abster e deixar que as pessoas com deficiência
939 definam essa situação, que eu acho que é mais urgente para vocês. **Ana Elvira Corrêa**
940 **Dutra, SMPG:** É, eu também, como a gente estava conversando, que a gente não passa
941 por isso, eu também me abstenho, deixo que as pessoas com deficiência se coloquem da
942 melhor forma. **Andresa Souza Quessada, SMAS:** Eu me coloco contrário a esperar.
943 Também, sendo assistente social, pensando na garantia de direitos das pessoas, acho que
944 uma placa já dá algum empoderamento para poder exigir algo, né? Está ali um direito
945 meu, aquele ali é um número da lei que me garante o atendimento prioritário. Então, eu
946 sou a favor de dar encaminhamento, mesmo sem símbolo. E depois se coloca. **Carolina**
947 **Reis de Jesus, EPTC:** Vou também um pouco pela opinião delas, sou contra aguardar,
948 né, porque acho que alguma coisa já vai ter para dar um subsídio, pelo menos uma, um
949 dispositivo para ter uma base, né, para isso. Então, eu acho que não tem que aguardar.
950 Contrário a aguardar. **Elder Jacinto Fin, Área do Autismo (Projeto Social Angelina**
951 **Luz e Autismo e Vida):** Eu voto, o voto do autismo, então, é no sentido de encaminhar
952 a explicação na placa e aguardar o símbolo, tá? Então, é isso aí. Encaminhar as placas
953 logo, mas sem símbolo. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**
954 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** A opinião do Nelson ouvi, não ouvi
955 a opinião da Marta. Eu gostaria de ouvir a opinião da Marta antes de passar aqui o voto
956 para a Liza. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Acho que vai contra o regimento, a
957 questão de ordem. Tem que dar sequência à votação. **Cristina Mazuhy Antunes**
958 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Então
959 vota. Mas eu quero ouvir a Marta. **Lizete Cristina Cenci, SMEL:** Não, eu sou a favor de
960 ter uma placa com, mas eu acredito também que a gente vá demorar muito para ter o

COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

961 retorno lá do âmbito federal, né? Então, a favor que tenha uma placa. A votação é
962 contrária a aguardar. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-**
963 **grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Eu quero a placa sem o símbolo
964 para que se aguarde a votação lá no Senado. Mas eu quero ouvir a opinião da Marta.
965 **Marta, ACERGS:** Eu votaria, no caso, na colocação da placa só com a lei, o número da
966 lei ali para a pessoa ter um respaldo, que está sendo atendida na sua necessidade, e
967 aguardar essa tal. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense**
968 **de Entidades de e para Cegos – FREC:** Porque as pessoas precisam ser atendidas agora,
969 né? Então, tivemos só duas abstenções. **Aprovado. Lizete Cristina Cenci, SMEL:**
970 Gente, só uma questão de ordem, eu tenho que liberar meu motorista e eu tenho que sair,
971 só que eu queria dar um informe. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação**
972 **Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Pode dar um informe, se todo
973 mundo concordar? Tudo bem? Dar o informe? **Lizete Cristina Cenci, SMEL:** Não, só
974 queria convidar todo mundo agora para o dia 13, 14 e 15 que a gente vai ter a etapa
975 nacional de xadrez adaptado para cegos e vai ser ali no Ritter. É a nossa Secretaria de
976 Esporte está apoiando ali a delegação. E é bem importante assim, que todo mundo possa
977 estar na abertura, no dia 13. A gente está apoiando ali com premiação. Eu passo depois o
978 bannerzinho para com descrição para vocês divulgarem, tá? **Cristina Mazuhy Antunes**
979 **Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** A
980 organização é da Federação Brasileira de Xadrez. O apoio é nosso, do Oneide, que eu
981 acho que todo mundo conhece. A SMEL está apoiando. A União dos Cegos, em
982 triangulação com a Lei da Visão de Curitiba, vai estar fazendo a cobertura. E a gente
983 espera que mais pessoas com deficiência visual se inscrevam das associações, bem como
984 as pessoas que não têm deficiência visual possam estar prestigiando esse evento. A
985 abertura, eu vou dizer sinceramente para vocês, eu vou estar retornando de uma agenda
986 em Uruguaiana. E aí eu não vou conseguir estar na abertura. Então, assim como eu vou
987 estar retornando de uma agenda sensorial na comarca de Uruguaiana, eu chego por volta
988 de 3:30, enfim, por aí. Então, a Giselle pode estar lá nos representando. E depois eu vou
989 fazer a cobertura em todos os dias, tá? Mas, Marta, não vai ainda que tem um assunto
990 agora que eu preciso.

991 **5. ORGANIZAÇÃO DAS PLENÁRIAS 2026;**

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

992 Se ninguém se opor, eu vou inverter aqui os assuntos da criação de comissões. É assim,
993 se ninguém se opor, o assunto 4 é a formação das comissões e o 5 é a organização das
994 plenárias 2026. Como a Marta já está se deslocando para sair, eu queria ver se ninguém
995 se importa de eu inverter esses assuntos, porque, acho que vocês se recordam que em
996 alguma das plenárias de novembro para cá, foi dito que, até uma ideia antiga já da Giselle,
997 de a gente fazer uma plenária presencial aqui e outra numa entidade para a gente estar
998 conhecendo e se integrando dos trabalhos, do que que é feito nas entidades. Então, a
999 União dos Cegos se dispôs a oferecer o auditório para a plenária a partir de junho, porque
1000 ainda estamos sem climatização no andar que tem a mesa de showdown. Diante disso,
1001 como a plenária de hoje está sendo aqui, a de abril já pode ser em algum lugar e abro a
1002 palavra para a Marta ver se tem interesse e para as demais; são secretarias, mas nós temos
1003 aqui associações, para que possa ser feito em outro local, já que precisamos ter os trâmites
1004 aqui dos intérpretes, da taquigrafia, ter uma logística que a Gisele cuida para a gente na
1005 secretaria. **Marta, ACERGS:** Sim. Eu levei a pauta para a diretoria e o pessoal lá,
1006 entramos em acordo e sim, a gente tem interesse. Até o Presidente Valdir disse que já
1007 tinha conversado com a Giselle. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Isso, eu até falei
1008 para a Cris: "Não, mas a ACERGS e a FENEIS também estava na fila". **Cristina Mazuhy**
1009 **Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos –**
1010 **FREC:** Dia 6 de abril. Já estou avisando hoje, então. Nesse mesmo horário, das 14h às
1011 18h? Todo mundo concorda? ACERGS fica no Centro, na Rua Vigário José Inácio, 433,
1012 6º andar. OK para vocês? Perfeito. Então, já conste em ata que a plenária de abril será na
1013 sede da ACERGS. Maio, conforme tinha sido sugerido, se mantém aqui, mas se alguma
1014 outra entidade tiver interesse, a gente pode fazer nos lugares variados. Em princípio, tinha
1015 ficado uma aqui na secretaria e outra em entidade. Giselle? **Giselle Guimarães Hubbe,**
1016 **SMIDH:** Só que agora a gente já não tem mais quórum para votar, então não podemos
1017 fazer uma votação. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense**
1018 **de Entidades de e para Cegos – FREC:** A próxima é na ACERGS. É bem acessível lá,
1019 então a gente faz lá. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência -**
1020 **COPEDE:** Só para colocar, perdão, nessa questão da acessibilidade, tem que falar com
1021 o pessoal do edifício, porque aquela rampa para colocar para entrar sempre tem problema
1022 lá. **Mônica Paula Thomé, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**
1023 **da 5ª Região (CREFITO5):** Eu gostaria de oferecer também o Crefito 5. Falei com o

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

nosso presidente agora, falei da agenda itinerante que vai ser feita. Então, o Crefito 5 fica ali na Protásio, esquina com a Avenida Palmeira. É um prédio, mas tem elevador, é totalmente acessível o acesso. A gente tem uma plenária que comporta em torno de 15 pessoas. Acredito que contemple. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Abril, ACERGS; maio, SMIDH; junho, FENEIS; julho, SMIDH; agosto, OCERGS; setembro, SMIDH; e outubro, CREFITO. **Thúlio Jahnke, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS:** É muito pequeno o espaço. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Thúlio, eu conversei na época. Parece que oito é o espaço. Sim, eu conversei na época, na verdade, é proposta pela FENEIS, porém nós iríamos realizar no clube, acho que é clube que chamam? Na associação, isso aí. Seria realizada na associação. Até porque a gente tinha uma pauta bem específica para tratar na época, mas aí veio a enchente e a plenária precisou ser remota. Mas essa pauta também já foi solucionada, que é a presença de intérprete em todas as plenárias, porque na antiga gestão ainda havia uma divergência em relação a isso, de acordo com o nosso colegiado. Mas felizmente já foi solucionado. Mas acho importante que a gente vá até a FENEIS. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Acho muito legal. Então, se está de acordo. Então, certo. Ficamos acordados nesse sentido. Quero saber se quem chegou foi a Maria Cristina. Sim? Certo. Só um pouquinho, deixa eu anunciar a Doutora Maria Cristina, Procuradora Federal da Fazenda, que está nos prestigiando hoje. Muito obrigada pela presença, em razão justamente de uma agenda que nós temos. Estando definido aqui esse calendário, está de acordo para todo mundo com essas sugestões que a Gisele já tinha trazido, porque isso é lá da gestão dela, acho que bem antiga até. Essas plenárias itinerantes, e eu achei isso maravilhoso para podermos conhecer melhor os trabalhos.

4. FORMAÇÃO DAS COMISSÕES;

A parte aqui da formação de comissões, que seria o próximo assunto. Está todo mundo entendendo quanto a esse calendário nas entidades? Está tudo bem? A Giselle vai organizar esse calendário direitinho. E aí eu vou agradecer que a Marta já está saindo embora. Tem mais nenhum assunto geral? Bom, pessoal, o próximo assunto de pauta é a formação, acho que importantíssimo diante dessa questão do símbolo, da criação ou reativação de comissões no COMDEPA. E aí, eu vou iniciar essa pauta aqui com vocês e nos assuntos gerais eu vou ter que me retirar com a Doutora Maria Cristina e vou passar

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

os assuntos gerais, a presidência para a Giselle. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Mas eu acho, Cris, que a gente tem pouca gente para tratar sobre a reestruturação das comissões. Infelizmente, porque o pessoal tem que ver na pauta e vir para a gente tratar disso. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** A gente não consegue discutir um negócio jurídico porque não temos uma comissão jurídica. Não temos uma comissão de eventos, por exemplo. Essa questão do calendário, uma comissão de eventos poderia estar resolvendo. Questões de legislação, a gente precisa muito de uma comissão de legislação, de jurídica, e tantas outras que a gente pode criar. Acho que não tem número lá. Já tem no... seriam reativadas. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Na lei complementar estão previstas três comissões: Legislação e Normas, Políticas Públicas e Finanças. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Desculpa, mas é que nós acabamos de passar pela data agora e existia uma comissão que era muito atuante e agregava muita gente no COMDEPA, que era a Comissão de Doenças Raras. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Ah, sim. Mas daí também, se a gente tiver de doenças raras, vai ter uma de cego, uma de surdo. A gente tem que analisar bem isso aí. **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Fica a critério, mas eu só lembro que era uma comissão muito atuante e agregava muita gente ao COMDEPA. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Eu, como tu disseste, se tiver uma de cego e uma de surdo, que bom, se tiver quem esteja à frente. **Cristina Mazuhy Antunes Xerxenesky, Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos – FREC:** Ter oito comissões, mas não só a executiva à frente de todas, que daí não dá. Então, concordo, acho que pelo quórum mesmo, a gente definir essa questão das comissões na próxima plenária. E passar para os assuntos gerais.

6. ASSUNTOS GERAIS.

Eu ia falar do xadrez. Eu ia iniciar falando sobre a Copa Sul de Xadrez, que vocês já estão convidados, então já sabem tudo sobre isso. E agora eu não me recordo de mais algum assunto geral e vou passar a presidência da plenária para a Giselle, porque eu preciso realmente me retirar com a Doutora Maria Cristina. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Beleza. Mas alguém tem informes? **Elder Jacinto Fin, Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida:** Eu tenho. Eu vou ler o e-mail que eu recebi, o Whats da Polícia Civil.

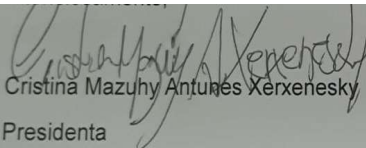
COMDEPA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

1088 "Meu nome é Vanessa Mamba, sou da Divisão de Recrutamento e Seleção da Academia
1089 da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul. Gostaria, por gentileza, de solicitar o e-
1090 mail institucional do Instituto Autismo e Vida, a fim de requerer a indicação de dois
1091 representantes para fazer parte da comissão especial responsável pela avaliação das
1092 inscrições dos candidatos PCD relacionados ao concurso público de delegado de polícia
1093 civil." Então, é parecido com o que nós tivemos na Fundatec. Eu me coloquei à
1094 disposição. Agora eu coloco para vocês se é um assunto específico de assuntos gerais ou
1095 não. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Pelo que eu entendi na tua leitura, eles estão
1096 solicitando representantes justamente da área do autismo. Acho que tu debes passar isso
1097 à Érica também e solicitar a disponibilidade dela ou de algum representante do projeto
1098 Angelina Luz. **Elder Jacinto Fin, Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida:** Não,
1099 aqui ela pede para o Autismo e Vida. **Giselle Guimarães Hubbe, SMIDH:** Perfeito.
1100 Então vocês passam as indicações de vocês pelo Autismo e Vida. Aí trata isso lá no
1101 instituto. **Elder Jacinto Fin, Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida:** Certo.
1102 **Nelson Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** Então, eu
1103 só quero fazer rapidamente o informe geral do Conselho Estadual, que são os encontros
1104 que nós vamos ter agora em março para incentivar a criação de conselhos municipais da
1105 pessoa com deficiência e reativação dos conselhos que estão inativos, e formação de
1106 conselheiros. Nós vamos fazer quatro eventos: o primeiro agora dia 4, na próxima quarta-
1107 feira, em Imbé; depois, dia 10, em Gramado; dia 17, em Pelotas; e encerrando dia 24,
1108 aqui em Porto Alegre. São encontros importantes para uma demanda muito antiga, que é
1109 a formação de conselheiros e a criação de conselhos pelo município. Então, dia 4, em
1110 Imbé; dia 10, em Gramado; dia 17, em Pelotas; e dia 24, aqui em Porto Alegre. **Giselle**
1111 **Guimarães Hubbe, SMIDH:** A princípio, a Cris e eu vamos no estado, nas regiões, mas
1112 para quem é daqui de Porto Alegre, o principal é que pelo menos estejam presentes,
1113 Nelson, no evento no dia 24. Então, já se organizem, coloquem nas agendas. **Nelson**
1114 **Kalil, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEPEDE:** O de Porto Alegre
1115 ainda não está definido o local, mas vamos definir até no máximo na quarta-feira. **Elder**
1116 **Jacinto Fin, Projeto Social Angelina Luz e Autismo e Vida:** O segundo assunto eu
1117 lembrei agora. O Instituto Autismo e Vida me comunicou que não vai promover, não está
1118 à frente da caminhada que realmente acontecia todos os anos. Então, eu já falei com a
1119 Érica e era feito o contato aqui com a administração, com a secretaria, e era feito um

COMDEPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE

1120 encaminhamento para reservar o espaço, para ter layout. E a Érica me comunicou que a
1121 Angelina Luz então tomaria a frente. Faria esse contato com a coordenação aqui. **Giselle**
1122 **Guimarães Hubbe, SMIDH:** Sim, Elder. Eu conversei já com a Érica hoje e a gente vai
1123 encaminhar isso por meio da coordenação, que é uma responsabilidade da prefeitura.
1124 Então, aqui pelo COMDEPA fica mais a parte institucional de nós fazermos as
1125 divulgações, de convidar o pessoal. Para abril teremos, a princípio, a caminhada no dia 5
1126 de abril, mas ainda o convite vai ser formalizado. **Elder Jacinto Fin, Projeto Social**
1127 **Angelina Luz e Autismo e Vida:** Certo. Está bom. Então, era isso. **Giselle Guimarães**
1128 **Hubbe, SMIDH:** Obrigada. Alguém mais dos assuntos gerais? Não? Podemos encerrar
1129 a plenária, então? Perfeito. Obrigada pela presença de todos, a participação.
1130 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do COMDEPA, às 16h30min,
1131 da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM,
1132 prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.



Cristina Mazuhy Antunes Xerxesky
Presidenta
Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Com Deficiência de Porto Alegre